

“LOVE IS A TEMPLE”: DEUS E O CULTO NA HORIZONTALIDADE

“LOVE IS A TEMPLE”: GOD AND WORSHIP IN THE HORIZONTALITY

Cesar Motta Rios¹

Mário Rafael Yudi Fukue²

Resumo: A partir de meados de março de 2020, por um tempo considerável, mas variável conforme a região, congregações cristãs estiveram impossibilitadas de realizarem suas reuniões públicas em seus templos ou mesmo encontros em residências. Essa situação fez com que diversas questões fossem levantadas. Algumas questões práticas levaram a questões de cunho mais teológico e eclesiológico, especificamente. Este artigo contribui com uma reflexão sobre um problema central: como a igreja continua sendo igreja e agindo como tal quando não está reunida? O que acontece com o culto? Exploro a possibilidade de se considerar a afirmação poética “Love is a temple”, tomada da música *One*, da banda Irlandesa U2, como noção que instiga à reflexão teológica. A partir de uma reflexão bíblico-teológica,

1 Bacharel em Teologia (ULBRA, 2018) e Especialista em Teologia e Ministério Pastoral (ULBRA, 2020). Licenciado em Letras – Espanhol (UFMG, 2003), Bacharel em Letras – Grego (UFMG, 2005), Mestre em Estudos Clássicos (UFMG, 2009) e Doutor em Literaturas Clássicas e Medievais (UFMG, 2013). Realizou pós-doutorado na área de Filosofia Antiga (UFMG, 2014). Artigo de conclusão para obtenção da Habilitação ao Ministério Pastoral, Seminário Concórdia (2020).

2 Professor orientador. Bacharel em Teologia pelo Seminário Concórdia (2004), Mestre em Letras com ênfase em estudos linguísticos pela Universidade de Passo Fundo (2011) e em andamento o Doutorado em Teologia pelo Concordia Seminary. St. Louis, Estados Unidos.

em diálogo com o pensamento desenvolvido durante a Reforma do século XVI em âmbito luterano, proponho que a igreja sem templo ou fora do templo tem no amor um lugar próprio de culto erigido dinamicamente em qualquer situação. Em outras palavras, Deus é cultuado na horizontalidade, no exercício das vocações, inclusive. Embora parta de uma situação atípica, entendo que a presente reflexão deverá ser útil para uma consideração mais profunda sobre a igreja, inclusive em situações mais normais.

Palavras-chave: Ecclesiologia. Vocação. Amor. Culto. Adoração.

Abstract: From mid-March 2020, for a considerable time, but varying by region, Christian congregations were unable to hold their public meetings in their temples or even home meetings. This situation caused several questions to be raised. Some practical questions have led to questions of a more theological and ecclesiological nature, specifically. This article contributes to a reflection on a central problem: how is the Church still Church and acting as such when it is not gathered? What happens to the Divine Service? I explore the possibility of considering the poetic statement “Love is a temple”, taken from the song *One* by the Irish band U2, as a notion that instigates theological reflection. Through a biblical-theological reflection, in dialogue with the thought developed during the Reformation of the 16th century in Lutheran context, I propose that the Church without a temple or outside the temple has in love a place of worship dynamically erected in any situation. In other words, God is worshipped horizontally, even in the exercise of vocations. Although I start from an atypical situation, I believe that this reflection should be useful for a deeper consideration on the Church, even in more normal situations.

Keywords: Ecclesiology. Vocation. Love. Divine Service. Worship.

INTRODUÇÃO

A consideração de que o amor tem lugar central no cristianismo é inevitável. A afirmação em 1João 4.8 é categórica sobre o Deus revelado em Cristo: “Deus é amor”. O apóstolo Paulo, por sua vez, chama o

amor de “mais excelente caminho” (καθ’ ὑπερβολὴν ὁδὸν – 1Co 12.31). O mesmo apóstolo aponta para o amor ao próximo como cumprimento da lei (πλήρωμα οὖν νόμου – Rm 13.10), assim como Jesus afirmara que toda a lei e os profetas estavam pendurados (κρέματα) nos mandamentos de amar a Deus e no de amar ao próximo como a si mesmo (Mt 22.40). A reflexão aqui proposta tem nessas afirmações um ponto de partida e referência estabelecido de antemão.

Tomamos, ainda, como motivação para o estudo, a expressão “Love is a temple”, da música *One*, da banda irlandesa U2. O que ali foi afirmado poeticamente, exploramos aqui como instigação à reflexão teológica. Para aproveitar a noção do amor como um templo com todo o sentido que pretendo, percebemos que há implicações que precisam estar bem assentadas: 1) afirmamos que o amor é forma de culto fora do ajuntamento de uma comunidade cristã; 2) consideramos, portanto, que o amor exercido no dia a dia de uma pessoa cristã não está fora do âmbito da espiritualidade, excluído do relacionamento com a Divindade. Assim, defendemos que, embora qualquer tipo de moralismo esteja excluído da constituição de uma espiritualidade cristã bíblica, há necessariamente uma moralidade envolvida; 3) Se o amor estabelece um culto a Deus, isso significa que é preciso dizer claramente que a justiça ativa, essa que se exerce na horizontalidade, não é alheia a Deus, que, em Cristo e por Cristo, concede, antes, a justiça passiva e o Espírito.³

Nos tópicos seguintes, defendemos cada um desses pontos. O primeiro, a partir de uma breve reflexão bíblico-teológica e histórica a res-

3 É comum o reconhecimento de que a justiça ativa depende da justiça passiva de alguma forma. Por exemplo, Kolb e Arand ressaltam: “A justiça passiva da fé provê o cerne identitário da pessoa; a justiça ativa do amor flui desse cerne identitário em direção ao mundo” (ARAND and KOLB, 2008, p.26); “Lutero enfatizou que a justiça passiva da fé não permanece no céu, ela desce à terra e contribui para a busca da justiça ativa no mundo” (ARAND e KOLB, 2008, p.30). Um passo que dou e que é menos comumente trabalhado é considerar a atenção de Deus para com a justiça ativa. Justamente, pretendo demonstrar a justiça ativa não somente como algo que flui da identidade da pessoa cristã a partir da fé. O verbo “fluir” é significativo para marcar um ponto de especificidade importante na presente abordagem. A nascente de um rio que flui não precisa saber do que acontece com suas águas a quilômetros de distância. Ela é fonte, mas não tem interesse ou notícia do desfecho. O que proponho é observar que não é exatamente assim no caso de Deus em sua relação com a justiça ativa. Mas é preciso entender isso sem que se faça a justiça passiva depender da ativa, ou confundir as ações justas com o mérito para a salvação, o que seria grande equívoco.

peito do templo e do culto. O segundo começa a ser sustentado a partir de uma breve reflexão teológica em diálogo com nomes importantes para a tradição luterana confessional. O terceiro nos leva um diálogo mais próximo com formulações dessa tradição, especialmente aquelas do século XVI. Após esse tratamento inicial de cada ponto, voltamos a *One*, e procurando um refinamento do entendimento do sentido proposto pela canção para a expressão “love is a temple”, o que é necessário para esclarecer o sentido que propomos. Por fim, nas considerações finais, refletimos sobre implicações mais práticas para a vida da igreja, tendo como pano de fundo o contexto vivenciado no ano corrente, 2020, ocasião de uma pandemia que leva ao impedimento de ajuntamentos de pessoas, inclusive em cultos públicos.

O AMOR COMO TEMPLO A TODO TEMPO

O que é um templo? Essa pergunta parece simples demais, mas é necessário entender o que é um templo ou que aspectos de “templo” estão em vista quando se diz que algo, como o amor, é templo.

No Antigo Oriente Próximo, os templos tinham a função de resolver o problema da separação radical entre o âmbito humano e o divino. Michael Hundley é preciso nesse ponto: “O templo e seu aparato cultural eram a solução primária do Oriente Próximo para a ausência divina, construídos para trazer o mundo divino concretamente à terra, provendo a divindade com uma residência no coração da comunidade humana” (HUNDLEY, 2013, p.140). Uma expressão utilizada pelo pesquisador em outros trechos resume bem esse aspecto que me parece importante por estar no imaginário mesmo atual sobre os templos: eles são como “pontos de intercessão entre o humano e o divino” (HUNDLEY, 2013, p.3). Trata-se de um lugar especialíssimo, extraordinário.

Não é difícil perceber que esse aspecto está presente de alguma forma também no caso do templo de Deus em Jerusalém. Decerto, é bom lembrar que o primeiro templo, do período real, é antecedido pelo tabernáculo. Talvez, uma diferença mais importante que a do material utilizado está na mobilidade deste último. O primeiro “templo” de Deus

é um templo que anda junto com o povo.⁴ Mas ser móvel não implica em simplicidade absoluta. Há toda uma definição detalhada sobre espaços, objetos e procedimentos. O culto é definido por Deus. Em seguida, acrescenta-se mais: além das paredes de pedra (erigidas efetivamente por Salomão), temos sob Davi também a inserção do canto como elemento do culto no templo.

Embora seja elemento novo, a música sacra se insere como parte integrante e não como concorrente do sistema sacrificial (KLEINIG, 1993, p.191). Mais importante, para a presente reflexão, é reconhecer no uso do canto elementos que explicitam o que motiva o ajuntamento no templo no Antigo Testamento. Pode-se reconhecer uma dimensão catabática e uma dimensão anabática nesse elemento do culto. Por um lado, há algo de profético quando os cantores anunciavam a presença de Deus, suas virtudes e feitos, bem como declaravam sua disposição favorável para com as pessoas. Por outro lado, também pela música, expressava-se a resposta do povo reunido:

Pela execução da música coral, eles expressavam a gratidão do povo por Seus benefícios, articulavam seu júbilo diante de Sua bondade, enunciavam sua admiração diante dele, davam voz à sua adoração a ele, confessavam sua fé nele e intercediam sem seu favor diante dele (KLEINIG, 1993, p.181).

Nesse ponto de intercessão, então, há um movimento bidirecional. O ser humano é considerado por Deus e, também, recebe algo da parte de Deus.

Ainda, para nos aproximarmos do período do Novo Testamento, é preciso considerar que essas composições, e, especialmente, as composições que expressam louvor a Deus ganham ainda mais destaque na vida litúrgica do segundo templo (PAJUNEN, 2015).

No Novo Testamento, o templo não será somente cenário de conversas de Jesus, mas também um assunto inevitável, dada sua centrali-

4 Observamos que não é simplesmente uma questão de o fixo suceder o móvel, já que o tabernáculo, que é móvel, pode ser entendido como uma “versão menor, portátil do Monte Sinai – o lugar arquetípico de encontro com Deus, o lugar onde YHWH santifica seu povo. Por meio do tabernáculo, Israel pode esperar se lembrar e repetir as teofanias do Sinai após terem partido” (WELLS, 1997, p.59).

dade na experiência judaica. Dois momentos nos parecem especialmente significativos nesse sentido e precisam ser revisitados. Primeiro, remetemos à conversa entre Jesus e a samaritana anônima no capítulo 4 de João. Esta propõe a questão-chave que opunha samaritanos e judeus: o lugar de culto é este ou aquele, Gerizim ou Jerusalém? A resposta de Jesus não favorece um ou outro, mas suprime a questão em si: nem num lugar, nem no outro – ele diz. Mas isso não significa fim da adoração, nem um terceiro espaço físico específico. “Os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em Espírito⁵ e em verdade.”

Algum tempo depois, encontramos Estêvão, no discurso que antecede por pouco sua morte, afirmar, apoiando-se em Isaías, que Deus não habita em templos construídos por seres humanos (At 7.48-49). Ele sinaliza que é para já (no âmbito da escatologia inaugurada) uma forma antecipada da realidade que veremos se impor claramente no devir (no âmbito da escatologia futura, de Ap 21.22).

Como pode o fato de Deus não ter uma casa por ele habitada perto dos seres humanos ser uma boa novidade? O ponto é que a exclusão dessa habitação como lugar de intercessão entre divino e humano não se realiza sem um contraponto. E o contraponto excede em muito o que qualquer templo poderia oferecer: há um novo templo que é o Deus feito humano – não simplesmente habitando entre humanos, identificado e não somente aproximado. Jesus se coloca como templo.

Há um desentendimento entre seus interlocutores quando se refere ao reerguimento do templo em três dias, visto que pensavam nas pedras, e ele falava de seu corpo (Jo 2.10-21). Mas, além dessa referência metafórica à sua morte e ressurreição, Jesus se coloca como templo para expressar seu lugar na vida dos seus. Se Ezequiel viu águas que trazem vida fluindo a partir do templo, Jesus afirma ser ele mesmo o que oferece uma água assim surpreendente (Jo 7.39; Jo 4.14⁶). Assim como o templo era vital para a experiência religiosa e para a existência mesma do povo

5 Ou “espírito”. Não discuto o sentido específico da expressão “adorar em espírito e verdade”. O imediatamente importante é que ela está relacionada com o evento Cristo, que inaugura a era escatológica com sua nova dinâmica de relacionamento de Deus com os seres humanos, além de substituir a noção de lugar específico de culto.

6 É imprescindível lembrar que é nessa mesma conversa que surgirá a pergunta da mulher samaritana sobre onde adorar.

de Israel, Cristo seria vital para os seus seguidores, de modo que, sem ele, nada poderiam fazer (Jo 15.5).

Aqui, poderíamos querer encerrar a reflexão. Se Cristo é o templo para os cristãos ou para o mundo conforme o entendimento cristão, o amor definitivamente não o pode ser. É certo, então, que precisamos observar que as imagens não precisam ser mobilizadas do moto tão exclusivo e estático. Por exemplo, “Cristo é o templo” também poderia excluir a identificação dele mesmo com quem se espera que atue no templo ou com o que se oferece no templo, mas, pelo contrário, estamos já acostumados a ver ele mesmo, também, como vítima sacrificial e sacerdote. O fato é que se deve reconhecer que, como as imagens em geral, a do amor como templo tem sua potencialidade, mas também suas limitações, inclusive por se inserir entre diversas outras imagens. Em algum momento, então, será preciso discernir alguns limites e alcances. Agora, contudo, parece-nos mais urgente considerar a aproximação entre o Cristo-templo e a proposta do amor-templo.

Essa consideração não pode, contudo, levar ao risco de fazer sombra sobre a realidade prática do amor, sua realidade vivencial. Bonhoeffer, por exemplo, lê o famoso trecho de 1Coríntios 13 e se pergunta:

Se não há, portanto, um comportamento humano imaginável que possa ser conceituado inequivocamente como amor; se amor acontece além de toda desunião em que o ser humano vive; se, literalmente, tudo o que o ser humano possa entender e praticar como amor só é concebível como comportamento humano dentro da desunião existente, resta um enigma, uma questão aberta acerca do que possa vir a ser amor para a Bíblia (BONHOEFFER, 2015, p. 35).

Em seguida, recorrendo a 1João 4.16, o teólogo concluirá que o “Novo Testamento responde de forma muito clara à pergunta sobre o que vem a ser amor apontando exclusivamente para Jesus Cristo. Ele é a única definição do amor” (BONHOEFFER, 2015, p.36). O amor humano será apresentado como uma extensão desse amor de Deus em Cristo, dessa ação de Deus.

Ao nosso ver, embora proveitosa, a proposta de Bonhoeffer talvez se inicie com um equívoco pontual, pois não considera o caráter hiper-

bólico do discurso de Paulo. Sim, esse amor, com toda sua perfeição e radicalidade, parece algo inviável a partir da experiência humana. Mas é apresentado de modo enfático por sua excelência e origem, e é disposto diante dos leitores de Paulo como um caminho a ser vivido nos relacionamentos e não somente admirado ou entendido como conceito.

É notório que, ao retirar o texto de seu propósito prático, e não querendo permanecer definitivamente desconectado da vida diária humana, Bonhoeffer enfrenta a questão do possível desentendimento sobre passividade humana na ação de Deus de forma sagaz:

Para elucidar isso é preciso uma palavra esclarecedora, neste contexto, sobre o conceito de passividade. Trata-se aqui – como sempre quando na teologia se fala da passividade humana! – de um conceito teológico e não psicológico, visando à existência do ser humano diante de Deus. Passividade face ao amor de Deus não significa descanso no amor de Deus sob exclusão de pensamentos, palavras e ações, como se ele só me seria dado nessas “horas de calma”. O amor de Deus não é apenas aquele porto de refúgio onde posso me abrigar do mar revolto. Ser amado por Deus de modo algum proíbe ao ser humano pensamentos fortes e ações alentadas. Somos amados e reconciliados por Deus em Cristo como seres humanos inteiros. É como seres humanos inteiros, raciocinando e agindo, que amamos a Deus e aos irmãos (BONHOEFFER, 2015, p. 37-38).

Infelizmente, conforme anota o editor, esse capítulo da Ética permaneceu inconcluso. Bonhoeffer não encontrou oportunidade para desenvolver essa reflexão sobre a passividade teológica, que não implica em passividade psicológica. Esse complemento seria enriquecedor. O que anotamos é que, a nosso ver, o texto de 1Coríntios 13 não o requer se lido diretamente, tomando-se o “amor” como “amor”, apresentado de forma ímpar, fruto da ação de Deus nas pessoas cristãs, e tomando-se Cristo como exemplo perfeito.

Cristo torna o caminho impossível uma realidade. E se encontra também nesse caminho. Ele é templo, vítima e sacerdote. Mas é também servido, cultuado na ação de amor entre seres humanos. Então, chego ao cerne do que aqui se desenvolve: uma percepção oriunda da encarnação e da definitiva perturbação da ideia da centralidade geográfica do culto em

um único lugar de intercessão entre Divindade e ser humano é a realidade do culto que se sustenta nas ações de amor realizadas entre seres humanos.

Isso significa que o amor entre seres humanos, vontade de Deus para a vida das pessoas revelada há muito tempo (Lv 19.18), não é algo que ele quer simplesmente, estando indiferente depois de afirmar que o quer. Ao contrário, Jesus Cristo não simplesmente se apresenta como observador atento, mas, em Mateus 25.31-46, faz ver que está implicado no que se passa entre as pessoas sobre a terra.

Atualmente, frente ao que se tem chamado de “evangelho social”, e pelo incômodo deslocamento do foco ou da ênfase da fé cristã da justiça de Deus enquanto dádiva para uma construção humana de justiça social, é possível que o discurso de Jesus incomode leitores mais teologicamente conservadores. É bom notar que, já no período patrístico, há alguma diversidade de interpretação. Sherman Gray oferece uma estatística e discerne 504 referências ao trecho entre o 2º século e o 8º d.C.. Dessas, 33% restringem a identificação dos “menores dos meus irmãos” a pessoas cristãs carentes. Somente 5% indicam de modo implícito ou explícito que se tratam de beneficiários de caridade cristã, inclusive quando são não cristãos. O restante (62%) permanece neutro, não identificando “esses menores dos irmãos” de Jesus (GRAY, 1989, p.337). Embora essa conta possa parecer diminuir a importância da fala de Jesus como referência a boas obras, ações de amor realizadas entre seres humanos, ponto que o fato de somente uma minoria dos autores definirem uma abertura maior a humanos em geral (5% frente aos 33% que restringem a “cristãos”) não deve sombrear o fato de que a grande maioria (62%) não julgou necessário marcar um limite. Ademais, para meu presente propósito, identificar com precisão a identidade desses “menores” com respeito à sua participação na fé não é algo urgente. Mesmo que entendamos que são somente pessoas cristãs, seguidoras de Jesus, elas permanecem seres humanos e o que se faz a elas é tido como feito a Cristo mesmo. Esse ponto é o mais óbvio do texto e o mais relevante aqui.

Não é surpreendente que seja esse sentido o aproveitado por Lutero no Catecismo Maior, quando expõe o quinto mandamento:

É com justiça, portanto, que Deus chama de assassinos a todos os que em abertura e perigos de corpo e vida não aconselham nem

auxíliam. E mui terrível sentença há de proferir contra eles no dia do juízo, conforme o próprio Cristo anuncia. Dirá: “Porque tive fome e não me destes de comer; tive sede e não me destes de beber; sendo forasteiro, não me hospedastes; estando nu, não me vestistes; achando-me enfermo e preso não fostes ver-me”. Isto é: Bem teríeis permitido que eu e os meus morrêssemos de fome, de sede e de frio, fôssemos estraçalhados por feras, apodrecêssemos na prisão e perecêssemos em miséria. Que outra coisa é isso senão vituperá-los por assassinos e indivíduos cruéis? (CM, *Quinto Mandamento*, 191-192).

O reformador não explora detidamente a identificação de Cristo com as pessoas. Apenas parafraseia essa expressão com “eu e os meus”. A comunhão entre Cristo e as pessoas é assim referida. Esses “meus” parecem ser, no mínimo, cristãos em geral, já que o assunto é o *próximo* sem restrição. É justamente por entender assim o texto que Lutero o pode aproveitar ao explicar o mandamento. Isso fica claro no que segue: “Porque, embora não tenhas, materialmente, praticado tais atos, contudo, quanto de ti dependeu, permitiste que o próximo continuasse engolfado na desventura e nela perecesse” (CM, *Quinto Mandamento*, 192. Grifo nosso).

Coerentemente, noutro documento, Lutero se refere a esse trecho do evangelho ao tratar não do Quinto, mas do Quarto e do Sétimo Mandamentos, em seu tratado *Das boas obras*:

[Os pais] na verdade têm diante de si ambas as mãos cheias de boas obras. Pois que são aqui os famintos, sedentos, desnudos, presos, doentes e estranhos senão as almas dos teus próprios filhos? (LUTERO, 1988a, p.148).

Assim diz Santo Ambrósio: “Dá comida ao faminto; se não lhe dás comida, tu o estrangulaste, no que toca a ti.” E a este mandamento pertencem as obras de misericórdia que Cristo exigirá no último dia (LUTERO, 1988a, p.167).

Parece sensato entender que, em certo sentido, se há uma intercessão deste mundo humano e ordinário com Deus em Cristo, pela encarnação, não somente no corpo de Jesus de Nazaré andando pelas terras de Israel no 1º século d.C., mas em outro ser humano que é beneficiado

por uma boa obra, o encontro com outra pessoa ao longo da vida sempre assume potencialmente um lugar de templo. Não obstante, essa potencialidade se realiza não ao acaso, mas quando há amor. *O amor é um templo, na medida em que viabiliza esse fenômeno do encontro humano como culto.*

ESPIRITUALIDADE E MORALIDADE

É fato que, mesmo em meio cristão, há visões de espiritualidade que entendem a proximidade com Deus como que condicionada a um desempenho moral. A própria noção de santificação/santidade pode ser entendida (equivocadamente) mais como resultado de um esforço ascético em busca da perfeição moral.⁷ Em uma perspectiva assim, a espiritualidade parece ser construída a partir da moralidade.

Reconhecer que isso é um erro não torna a extirpação total da moralidade do âmbito da espiritualidade um acerto. Não é possível que a fé cristã cerque como território que lhe é próprio o perdão de pecados, excluindo como que fora de sua redoma a realidade histórica, biográfica, a vida e os relacionamentos. Assim como o pecado se realiza na vida, também a fé e o perdão se inserem nessa realidade dinâmica.

Uma visão distorcida e desconectada da realidade nesse quesito pode produzir, por exemplo, equívocos e discussões desnecessárias sobre o terceiro uso da lei dentro da tradição luterana.⁸ Assim como precisa

7 Cf. KLEINIG, 1995. Agradecemos a Bruno Hasse, que tem estudado de modo detido e competente essa questão específica, pela indicação do artigo. Acrescentamos que, no Novo Testamento, de modo especial, a santidade não advém da moralidade nem é sustentada por ela, mas acaba desembocando no bem do próximo, resultando, assim em mudança na dimensão moral da existência. A tese doutoral de Jo Wells (1997) demonstra de modo satisfatório, a partir de 1Pedro 2, que a santidade e o papel sacerdotal do povo de Deus têm uma função mediadora das bênçãos de Deus no mundo.

8 Sobre esse problema, que tem influência sobre a forma como muitos luteranos lidam com o tema das boas obras e do amor ao próximo, sugiro, por exemplo: SCHURB, 2001, e ENGELBRECHT, 2011. Se a alguém parece estranho atrelar o uso da lei, tendo em vista os Dez Mandamentos, ao amor, lembramos que é bem conhecido que no “amarás a Deus sobre todas as coisas” temos resumidos os mandamentos que dizem respeito ao relacionamento do ser humano com Deus, enquanto no “amarás ao teu próximo como a ti mesmo”, os mandamentos diretamente relacionados com o relacionamento entre seres humanos. Sobre o desenvolvimento histórico do lugar dos Dez Mandamentos no ensino cristão e sobre essa articulação entre eles e os dois “maiores mandamentos”,

estar bem entendido que a lei não pode por si mesma prover um novo coração e possibilitar o amor a Deus e ao próximo, sendo necessário para tanto o evangelho e a regeneração (WALTHER, 2005, p.333-334), é importante reconhecer que, embora a moralidade não construa a espiritualidade correta, esta última alcança o ser humano todo, sua moralidade inclusive. Quando se tem isso em mente e se compreende o estado atual do ser humano *justo e pecador*, a dinâmica entre fé e obras (assim como Lei e Evangelho, justificação e vida cristã) se torna mais razoável e coerente.

É com essa visão ampla em mente que Lutero pode asseverar em seu Comentário aos Gálatas: “Os cristãos devem esforçar-se para evitar as obras da carne; os maus desejos, no entanto, eles não podem evitar” (LUTERO, 2008, p.505). O fato de ser inevitavelmente pecador não torna uma opção viável o viver como se o pecado não fosse um problema. Embora a *prática* não seja fundamento da vida cristã, essa vida implica em uma *prática*, que é necessária e participativa. Certamente, essa dimensão prática, na qual a pessoa cristã se encontrará com o próximo, não se resolve sozinha. Por isso Lutero ensinará a clamar a Deus para que ele “multiplique a fé e o cumprimento dos Dez Mandamentos” (CM, *Pai Nosso*, 2).⁹ A coordenação entre os dois é importante. Não se pode inverter a ordem, se o objetivo é pensar em relação causal pela ordenação dos sintagmas. Mas não se pode excluir o segundo, por qualquer que seja o motivo.

Essas palavras de Lutero lembram que a vida de fé alcança os relacionamentos e, assim, a dimensão da moralidade. Elas assinalam também que, de fato, a Reforma de Wittenberg não esconde o amor ou mitiga sua importância, mas somente discerne seu lugar. Melanchthon, ainda

cf. PETERS, 2009, p.64-73.

⁹ Charles Arand assinala que, no Catecismo, Lutero considera os Dez Mandamentos como se relacionando com a ordem da criação (ARAND, 1994). Isso nos serve para lembrar que a vontade de Deus expressa nessas palavras é para toda a criação. Por outro lado, entendo que Lutero, ao afirmar que devemos clamar a Deus para que multiplique a fé e o cumprimento dos mandamentos, reconhece que é a partir da fé (clamar a Deus já é ato de fé) que a pessoa cristã se relaciona devidamente com os mandamentos. Isso, a meu ver, deve-se ao fato de que a queda nos fez perder a vivência própria da ordem da criação, de tal forma que o que nos é proposto e viável é uma *nova criação* por meio de Cristo (Is 43.18-19; Ap 21), vivida por pessoas que são feitas novas criaturas (2Co 2.17).

em 1521, formulava de modo hábil: “E, de fato, o amor a Deus é fruto da fé. A partir do amor a Deus nasce também o amor ao próximo, quando desejamos servir a Deus em todas as criaturas” (MELANCHTHON, 2018, p.551).¹⁰

DEUS NA HORIZONTALIDADE E A CONFSSIONALIDADE LUTERANA

Como a noção de que há distinção entre duas justiças tem relevância inegável para a sustentação da doutrina das Confissões luteranas do século XVI, num ímpeto de cuidado com o que é precioso, podemos ser levados a uma radicalização da noção. Em vez de discernir o que é justiça atribuída por Deus, em nossa realidade *coram Deo*, e o que é justiça vivida por nós no dia a dia, em nossa realidade *coram mundo*, concebemos uma espécie de muro de segurança a dividir duas realidades absolutamente desconexas.

Embora a divisão possa ser um recurso didático em algum momento, não faz jus ao que a igreja recebe das Escrituras, confessa e ensina. Primeiramente, há continuidade entre as duas situações, uma vez que a justiça nessa horizontalidade, na relação entre seres humanos, advém do relacionamento da pessoa com Deus. Da verticalidade se tem a mudança necessária na horizontalidade.

De Deus vem o que sustenta nossa vida na horizontalidade. Mas, mais que fonte distante, lembramos que Deus não se ausenta do âmbito das

10 Com essa citação, restringimos também o referente do termo “love” no sentido que pretendemos para a expressão “love is a temple”: pensamos especificamente nesse amor que resulta da fé. É disso que fala João em sua epístola: “todas as pessoas que amam são nascidas de Deus e conhecem a Deus” (1Jo 4.7). Reconhecemos que há boas ações praticadas entre pessoas que não creem, bem como disposição amorosa para com o próximo, em certa medida. A pergunta pela possibilidade de se reconhecer também esse amor vivido entre pessoas que não creem como templo deve nos remeter a uma discussão semelhante sobre boas obras: “Pois as obras pertinentes à manutenção da disciplina externa, que também são praticadas pelos descrentes e inconversos, e deles exigidas, ainda que para o mundo sejam louváveis, e, além disso, premiadas por Deus, neste mundo, com bens temporais, são, contudo, em virtude do fato de não procederem de fé verdadeira, pecada aos olhos de Deus, isto é, maculadas de pecado, e são tidas por pecado e impuras diante de Deus, em razão da natureza corrompida e visto a pessoa não estar reconciliada com Deus” (FC, *Declaração Sólida*, IV, 8). Certamente, não julgamos desprezível ou desinteressante, aos olhos humanos, a ação amorosa fora do âmbito da fé. Simplesmente, entendemos que sua consideração exige uma reflexão diferente desta e mais ampla do que o espaço aqui disponível.

boas obras. Não está ali para conferir justiça salvadora conforme o que vê nas ações ou intenções, mas não se ausenta e não é indiferente a essas ações ou intenções. Em seu tratado sobre a liberdade cristã, Lutero indicava que a pessoa justificada pela fé “faz tudo por mera liberdade, gratuitamente, qualquer coisa que faça, não buscando seu proveito ou salvação – uma vez que já está satisfeita e salva pela graça de Deus a partir de sua fé – mas somente o beneplácito de Deus” (LUTERO, 1988, p.449 – Grifo meu).¹¹ Quem não crê faz tudo para seu próprio proveito, e não, como deve ser, “para a glória de Deus” (LUTERO, 1988b, p.445). Pretendemos, de modo breve, ir um pouco além de Lutero e revisitar alguns trechos não muito frequentados das Confissões Luteranas no sentido de deixar isso claro.

Primeiro, remetemos ao fato de que, também na *Apologia da Confissão de Augsburg*, entende-se que essas boas obras, bons frutos que são consequência da fé, devem existir por causa da glória de Deus (*Apol.* XII, 139). Não visam somente o bem do próximo, das pessoas que estão ao lado, mas apontam para cima.

Em segundo lugar, as boas obras realizadas no amor pelo próximo realizam a vontade de Deus. Sabemos serem boas por terem mandamento (CA XXVIII, 57-58).¹² Deus permanece como medida na horizontalidade, não sendo possível ao ser humano em sua organização social ou a partir de sua natureza, como formando um sistema fechado, ter para si o que é boa obra e bom. Afinal, somente Deus é bom (Mc 10.18).

Em terceiro lugar, remeto a uma afirmação não muito considerada, mas constituinte do pensamento confessional: Deus recompensa pelas boas obras. Deus recompensa por as considerar e conhecer. Obviamente, essa recompensa é diversa da salvação, que é oriunda somente dos méritos de Cristo. Mas, como as Escrituras afirmam haver recompensa por nossas boas obras, as Confissões não o querem omitir:

Também confessamos isto, o que frequentemente foi testemunhado por nós: ainda que a justificação e a vida eterna pertencem à fé, boas obras merecem, contudo, outros prêmios corporais e espiri-

¹¹ Isso diz Lutero sobre as obras em geral. Adiante anuncia que passa do geral para o específico, e trata mais detidamente das obras que beneficiam o próximo (LUTERO, 1988b, p.451). Supõe-se que o geral inclui o específico.

¹² Lutero já o havia afirmado taxativamente (LUTERO, 1988a, p.102).

tuais, bem como graus de recompensa, conforme o texto: “Cada um receberá o seu galardão, segundo o seu próprio trabalho” [1Co 3.8]. Pois a justiça do evangelho, que gira em torno da promessa da graça, recebe, gratuitamente, a justificação e a vivificação. Mas o cumprimento da lei, que se segue à fé, tem que ver com a lei, na qual um galardão é oferecido e devido, não gratuitamente, senão por nossas obras (*Apol. IV, 366*¹³).

De fato, essas boas obras que têm na fé a sua fonte são “agradáveis a Deus”¹⁴ e “Deus as quer recompensar neste mundo e no mundo por vir” (FC, DS, IV, 9).

Por fim, há uma consideração na *Apologia da Confissão de Augsburgo*, que é mais complexa, frequentemente desconsiderada, mas estritamente importante. A boas obras têm uma dinâmica assemelhável à dos sacramentos:

E, todavia, Cristo, muitas vezes, une às boas obras a promessa da remissão dos pecados, não para julgar que as boas obras sejam propiciação, pois que seguem à reconciliação, mas por duas razões. Uma é que, necessariamente, devem seguir-se bons frutos. A outra é que precisamos sinais externos de tão grande promessa, porque a consciência pávida necessita de múltipla consolação. Assim, pois, como o batismo e a ceia do Senhor são sinais que admoestam, erguem e fortalecem de modo contínuo as mentes pávidas, a fim de crerem tanto mais firmemente que os pecados estão remitidos, assim é descrita e figurada a mesma promessa com boas obras, para que essas obras nos admoestem a crer com mais firmeza. E os que não praticam o bem, não se movem a crer, mas desprezam aquelas promessas. Os piedosos, entretanto, abraçam-nas e regozijam-se com o fato de terem sinais e testemunhos de promessa tão grande. Exercitam-se, por isso, nestes sinais e testemunhos. Assim, pois, como a ceia do Senhor não justifica *ex opere operato* sem fé, da mesma forma não justificam sem fé, *ex opere operato*, as esmolas (*Apol. IV, 275-276*).

13 Cf. também *Apol. IV, 195*.

14 Lutero havia defendido que sabemos que algo é boa obra quando estamos certos de que, pela fé, agrada a Deus (LUTERO, 1988a, p.103).

A ação de amor pelo próximo serve ao próximo, mas também tem repercussões para a pessoa que age assim na fé. Como visto antes, há recompensas. E há, também, essa dimensão do sinal. A pessoa que ama o próximo tem nisso um sinal da obra de Deus em si, e esse sinal fortalece a fé. Curiosamente, é comum entre luteranos uma expectativa de que um efeito adverso de se falar em boas obras seria obscurecer o lugar exclusivo da fé. Aqui, temos uma perspectiva diversa: bem ensinadas e consideradas, as obras podem ressaltar a bênção da fé e servirem de ajuda para nos firmarmos nela. Contudo, para a presente reflexão, é realmente destacável o fato de que na vivência do amor em qualquer momento, temos um sinal comparável aos sacramentos. Ênfase: No encontro com outros seres humanos, em qualquer lugar ou momento, pode haver fortalecimento da fé por causa da realização do amor, que é oriundo da fé.

Está bastante claro que não se pode propor uma exclusão de Deus da horizontalidade, uma secularização das boas obras ou da vivência do amor, sem desconsiderar elementos das Confissões Luteranas. Deus figura aqui não somente como aquele que habilita à vida, mas também como aquele para quem ela se direciona, que a orienta, que reage a ela e a torna plena de sentido também com relação a si mesmo. Enquanto essas considerações reunidas dos textos confessionais ecoam em nossas mentes, convém resumir: *O templo do amor vivido, como o templo de Israel com seus cânticos, é orientado por Deus; nele, testemunha-se sobre Deus; há ali algo feito para ser agradável a Deus, e isso é atentamente considerado por Deus; ali, também, o ser humano é fortalecido na fé ao saber de Deus.*

EM QUE SENTIDO “LOVE IS A TEMPLE”?

Dividimos essa questão em duas: 1) Em que sentido a afirmação “Love is a temple” aparece na música *One* do U2? 2) Em que sentido a afirmação pode ser aproveitada para se pensar a vida cristã e a eclesiologia hoje?

A resposta para esta segunda pergunta vem sendo preparada ao longo deste texto. Nas considerações finais, proporemos uma reflexão concisa a esse respeito. Agora, uma reflexão breve a partir da primeira

pergunta pode, além de fazer justiça à composição aqui aproveitada, auxiliar na tarefa como um todo. Isso, porque entendemos que é necessário que teólogos levem a sério os poetas. Aqui, nós o fazemos tomando, como antes foi afirmado, a formulação poética como instigadora da reflexão teológica.

Decerto, um problema nesse encontro reside no fato de que poetas, diferentemente do que se espera dos teólogos, não têm qualquer compromisso com a viabilidade da compreensão. Há percalços, mas o caminho é necessário.

One consiste em um diálogo contado por um dos interlocutores. Há, então, um “eu” e um “você”. Parece tratar-se, inicialmente, somente de um relacionamento romântico sem êxito. O passado, nunca especificado, parece tornar o presente tumultuado e insuportável. Em meio a essa exposição não muito nítida, algumas afirmações começam a delinear, além de algo particular, uma compreensão mais geral da realidade: “We’re one, but we’re not the same”. A união e continuidade inevitáveis entre as pessoas é contrastada com a diferença. O paradoxo da cisão requer a reconciliação pelo amor. O verso seguinte afirma: “We get to carry each other”. Isso lembra a instrução de *Gálatas* 6.2 conforme traduzido pela KJV, certamente. E a referência não parece ser acidental, como se verá.

O tema religioso se realça no trecho seguinte, mas, ainda, o narrado é um conflito entre duas pessoas. A voz que canta os versos pergunta à pessoa interlocutora: “Have you come here for forgiveness? / Have you come to raise the dead? / Have you come here to play Jesus? / To the lepers in your head?”. Jesus figura aqui, em princípio, simplesmente uma imagem mobilizada em uma literária. Mas essa imagem conserva o sentido de Jesus Cristo dos evangelhos. Digo isso porque, diferente do aproveitamento de Cristo na cruz ou de um aspecto seu isolado do resto da narrativa bíblica, aqui, temos a referência ao perdão, à ressurreição e à cura. Isso tudo de forma complexa. O perdão seria proposto para algo ocorrido no âmbito do relacionamento romântico. O morto a ser ressuscitado poderia ser o próprio relacionamento, ou o par fora de seu status de par. Fazer o papel de Jesus para com os leprosos da mente indicaria, talvez, essa disposição de se aproximar e querer sanar o que é tido por impuro.

Em seguida, a pessoa que canta argumenta no sentido da impossibilidade de que a situação se sustente: “We’re one, but we’re not the same

/ See we hurt each other, then we do it again”. Perceba que, novamente, o que parece dito para o caso particular pode valer para a existência humana em geral. A pessoa interlocutora, contudo, insiste. Aqui, o tom e o volume da voz sobem no canto: “You say love is a temple, love is a higher law / Love is a temple, love the higher law / You asked me to enter, but then you make me crawl / And I can’t keep holding on to what you got, ‘cause all you got is hurt”.

A afirmação do amor como templo, então, não é oferecida pela voz que canta, mas pela parte refutada. Isso poderia desqualificar sua apropriação como positiva. Mas veja que verdades podem ser refutadas não por sua incorreção, mas por seu uso inapropriado. Inclusive, a frase seguinte, “love is a higher law”, que ecoa proposições bíblicas bem reconhecíveis, está na mesma condição. O problema é que essas afirmações são feitas de modo a convencer à aproximação e à manutenção de um vínculo que não faz jus a tudo que elas implicam. Quando cede, a pessoa que canta se vê subjugada pela outra. Recebe dor e dano simplesmente.

A parte final da música apresenta a correção do caminho proposto: “One love / One blood / One life / You got to do what you should / One life / With each other / Sisters, brothers / One life / But we’re not the same / We get to carry each other, carry each other”. A reciprocidade entre esses seres que são iguais é afirmada, e a necessidade de que isso aconteça de forma ativa também. Aqui, a composição abre janelas para além do relacionamento romântico específico ou mesmo de qualquer relacionamento desse tipo. Irmãos e irmãs são todas as pessoas. “Um sangue” lembra o estatuto igual entre os seres humanos, por um lado. Numa música que menciona Jesus, obviamente, somos tentados a ler algo mais na exclamação: Um sangue vertido por todos. A repetição de “one” com diferentes substantivos, de modo semelhante, não tarda em nos remeter a Efésios 4.5-6. Embora essas referências permaneçam improvadas com respeito à intenção autoral, não são improváveis, uma vez que a banda tem uma forte história com a fé cristã e suas composições frequentemente ecoam textos bíblicos.¹⁵

15 Sugerimos *Walk On: A jornada espiritual do U2*, obra popular que expõe muito bem essa peculiaridade da banda.

O que se afirma não nega a exclamação da pessoa refutada. “Love is a temple” e “Love a higher law” subsistem. Seu abuso é que se desestabiliza.

Pode permanecer como elemento positivo considerando-se o todo da música, a nosso ver, a visão da sacralidade do amor, bem como seu lugar de destaque para a verdadeira convivência. Resta reconhecer, no entanto, que o tipo de sacralidade que se percebe na música, pelo menos de modo mais claramente delineado, não é necessariamente o que se entenderá a partir de uma perspectiva cristã mais teologicamente explícita. No que segue, recuperamos o entendimento teológico que propomos e passamos às implicações que vislumbramos para a percepção.

CONSIDERAÇÕES

Talvez por excesso de zelo didático, algumas vezes, luteranos têm mantido quase uma cisão absoluta entre um âmbito e outro, em formulações pontuais que, justamente, excedem o limite da realidade teológica mais ampla.

Gustaf Wingren, em uma formulação muito conhecida, a partir do pensamento de Lutero, afirma categoricamente: “Deus não precisa das nossas obras, mas o nosso próximo sim. É a fé que Deus quer” (WINGREN, 2006, p.26). Deus, de fato, de nada precisa, mas não ignora o fato de que o próximo precisa. Ademais, diante dessa realidade de necessidade do ser humano, Deus quer, sim, as nossas obras para com o próximo. É vontade expressa de Deus. Novamente, seria melhor, no ponto em que nos encontramos da história, definir claramente que Deus não se relaciona conosco somente na e para a justificação, mas também a partir dela.

Considere-se também, por exemplo, o que afirma Jacob Preus III em um livreto destinado à educação cristã na LC-MS: “As boas obras não têm nada a ver com nosso relacionamento de fé com Deus, mas elas têm tudo a ver com nosso relacionamento de amor com nossos companheiros seres humanos” (PREUS III, 2019, p.7. Grifo nosso). Sem dúvida, o autor entende que, sem fé em Deus, não há boas obras. Não há, portanto, como dizer cuidadosamente que as boas obras “não têm nada a ver” com nosso relacionamento de fé com Deus, já que se viabilizam a partir desse relacionamento.

De fato, Lutero também enfatiza a diferença radical entre as duas justiças: “Nós, por assim dizer, estabelecemos dois mundos, um celeste e o outro, terreno. Nesses dois mundos, colocamos essas duas justiças distintas e muito distantes entre si” (LUTERO, 2008, p.32). Esses dois mundos, contudo, estão conectados em um sentido específico. O reformador recorre à imagem da chuva: o céu rege o que acontece com a terra, o que ela produz ou não, conforme chove ou não. Não obstante, a terra não rege o que se dá no céu. A construção é, em si, muito didática, pertinente e correta. Enfatiza a justiça de Deus recebida de graça por nós como ponto de partida. Além disso, deixa claro que as obras subsequentes não mudam o fato de sermos ou não aceitos por Deus. Isso deve estar claro. Como Lutero, entendemos que o amor vivenciado entre as pessoas não as torna merecedoras da aceitação por parte de Deus. Isso se dá por causa de Cristo; já é algo resolvido, consumado (cf. LUTERO, 2008, p.374).

Mas essa distinção proveitosa, correta e didática não nos deve levar ao engano de pensar que o mundo celeste não adentra no mundo terrestre, não se preocupa com o que se dá neste chão de aparentemente ínfimo valor. A encarnação do Filho nos conduz a uma perspectiva mais complexa, que se reflete nos trechos das Confissões Luteranas mencionados anteriormente. A vida aqui no mundo, entre pessoas que estão no mundo, é vida cuidada, guiada, valorizada por Deus em Cristo. Se o assunto é justificação, falamos de dois mundos. Se o assunto é espiritualidade de forma mais geral, ainda que haja dois mundos, há uma maior permeabilidade na fronteira.

Além disso, como procuramos considerar, embora certamente não contenha méritos para a justificação, para o acolhimento por parte de Deus, o que acontece no âmbito do amor não é somente causado, motivado por Deus, mas é também por ele guiado, apreciado positivamente e recompensado. Além disso, as boas obras nos ensinam sobre o que Deus tem feito em nós, como sinal. Deus as vê acontecerem e gosta do que tem acontecido em nós. Nós as vemos acontecerem, ficamos gratos a Deus e temos nossa fé nele fortalecida pelo que ele já tem feito em nós. As boas obras são benéficas para o próximo, mas para quem as pratica, fazendo-se próximo do outro. Assim, é preciso reconhecer que nossas boas obras *têm muito a ver com nosso relacionamento com Deus*. Elas fazem parte desse relacionamento. São uma expressão visível desse relacionamento na vida diária.

Essa vida diária, portanto, não está separada do âmbito do sagrado, do mundo de Deus, mas é toda ela campo de ação do amor, companheiro inseparável da fé (FC, *Epítome* III, 8). Esse relacionamento com Deus vivido junto ao próximo acontece no exercício dos mais variados papéis sociais, sem que seja sequer necessário muito procurar por âmbitos de ação além dos cotidianos disponibilizados por nossas vocações (cf. LUTERO, 1988a, p.147). Ressaltamos, contudo, que, entendendo o interesse de Deus e o fundamento que está nele, na nossa união com Cristo, percebe-se que não há espaço para se pensar em algo semelhante a uma “secularização” da vida cotidiana na proposta luterana. Não se trata de um mundo desconectado de Deus, com seres humanos agindo de modo autônomo, fazendo o bem conforme suas vocações, indistintamente daqueles não cristãos que procuram, pela razão, viver uma vida honesta. Não se trata de uma valorização do ordinário e inevitável curso da vida, mas de sua absorção pelo extraordinário. A vocação é para ser cumprida com fé em Cristo (*Apol.* XXVII, 50). Nas palavras de Bonhoeffer, a vocação não é “mera sansão das estruturas do mundo como tais”, mas “é o lugar onde se responde ao chamado de Cristo e se vive de forma responsável” (BOHNHOEFFER, 2015, p.162).¹⁶

O contexto em que isso acontece não é livre de complicações. *One* nos lembra bem de que, mesmo quando pretendemos valorizar o amor, nossos relacionamentos são manchados por uma imperfeição inevitável. Ferimos uns aos outros dizendo palavras inspiradoras, inclusive.

Ao mesmo tempo, a composição faz lembrar que o amor não é opção humana, mas necessidade dada pela vontade divina claramente expressa, por sinal, nas Escrituras: “a higher law”. Além disso, “love is a temple” nos faz reconsiderar e afirmar: Deus está diretamente envolvido no amor vivido aqui, entre nós, mesmo com toda essa incômoda imperfeição. A retomada desses detalhes não muito lembrados da nossa teologia pode nos levar a uma renovada valorização de nossos relacionamentos e encontros humanos. Além disso, podemos ter facilitada a compreensão de que há culto além do culto. Isto é, quando a comunidade cristã não está reunida fisicamente em uma edificação específica, o culto não cessa,

16 É considerável a observação de Gustaf Wingren: “Tanto quanto podemos determinar, Lutero não usa *Beruf* ou *vocatio* em referência à obra de um não-cristão. Todos têm posição (*Stand*) e ofício; mas *Beruf* é a obra terrena ou espiritual do cristão (WINGREN, 2006, p.18).

o encontro com Deus pelo caminho não se anula ou se suspende.¹⁷

O culto da comunidade reunida perderia seu valor por isso? Obviamente, para discutir detalhadamente a articulação entre os dois “modos” ou “momentos” de culto, seria necessário outro longo artigo. Para este momento, basta responder negativamente, e indicar que há uma complementariedade bem perceptível. A vivência do amor oriunda da fé é completamente dependente (e jamais concorrente) da Palavra, do Batismo e da ceia do Senhor.

Não obstante, quando uma comunidade cristã se vê impossibilitada de se reunir por um tempo, ela não precisa simplesmente se lamentar desconcertada por cantar o cântico do Senhor em terra estranha (Sl 137), mas, com satisfação, pode ver Deus presente e interessado nos mínimos encontros humanos que cada pessoa vivencia em sua rotina. No templo do amor, a vida da pessoa cristã se constitui como cântico novo.¹⁸

A comunidade que não se reúne por um tempo, não tem a presença de Cristo no sacramento nesse período, mas não a deixa de ter no próximo, que

17 Se ainda faz falta alguma sustentação dotada de autoridade para chamar de culto o que não acontece na reunião comunitária, acrescentamos: “Ademais, também os mandamentos de Deus e o verdadeiro e genuíno culto são obscurecidos quando o povo ouve que apenas os monges estão no estado de perfeição. Porque a perfeição cristã é isto: temer a Deus de coração e seriamente, e, contudo, ter, outrossim, cordial certeza, fê e confiança de que, por causa de Cristo, temos um Deus gracioso e misericordioso, que podemos e devemos pedir-lhe e dele desejar aquilo de que carecemos, e, confiantes, esperar dele auxílio em todas as aflições, de acordo com a profissão e o estado de cada um; e que, entretentes, também devemos praticar, com diligência, boas obras na vida exterior e servir a nossa vocação. Nisso consiste a verdadeira perfeição e o verdadeiro culto a Deus, não em mendigar ou em vestir hábito preto ou cinza, etc.” (CA, XXVII, 49-50). Também na reflexão de Paulo Moisés Nerbas, encontramos uma conclusão muito semelhante à nossa: “[a fé] abre nossos olhos para ver naqueles que estão diante de nós, sejam eles o que forem, criaturas colocadas por Deus para serem contempladas pelo olhar da fé e servidas pelo amor. Pois bem, se Deus as coloca, então, agindo dessa forma, estaremos servindo e cultuando também o Senhor, praticando uma verdade nem sempre lembrada, ou seja, de que nosso culto não termina com o receber da bênção no final dele na igreja” (NERBAS, 2017, p.60).

18 Cabe uma última observação para evitar a suposição de um conflito entre noções bíblicas e a que aqui se aventa. Ao mencionar a apresentação de Jesus como templo no evangelho segundo João, observamos que a imagem não anularia a que aqui se propõe. O mesmo dizemos com respeito à imagem da pessoa cristã como templo do Espírito Santo (1Co 6.19-20). Assim como Jesus ser o templo não anula o fato de nós sermos templo, essas duas realidades não anulam necessariamente a validade de se explorar a imagem do amor como templo. Na verdade, o fato de Jesus ser templo torna possível a nossa constituição como templo do Espírito, e isso, por sua vez, torna possível a realidade do amor entre nós e a consideração desse amor em sua dimensão cultural, o que, de certa forma, possibilita estender a imagem do templo para as ações de amor, que são reais justamente por causa da presença do Espírito e do fato de sermos integralmente dele e não de nós mesmos, o que nos interdita a vida egoísta e convida à vida para a glória de Deus.

pode ser filho, filha, vizinho, vizinha, cônjuge, desconhecido, qualquer um com quem se encontra presencialmente ou por diversos meios de comunicação. Para isso, inclusive, a comunidade deve ser preparada ao longo do tempo em que está, nos períodos de ordenação normal do mundo, reunida em culto.

Em Cristo, vivemos culto a todo tempo, e, especialmente nos mais variados encontros com outras pessoas. Agora, permanece o amor, não como acidente, efeito secundário ou contingência neste mundo perecível. O amor está na raiz da nossa salvação (Jo 3.16) e, também, em seu frutificar. O amor nunca sucumbe (1Co 13.8).

*And love is not the easy thing
The only baggage you can bring
is all that you can't leave behind
(Walk On, U2)*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAND, Charles P. Luther on the God Behind the First Commandment. *Lutheran Quarterly*, v.8, p.397-424, 1994.
- ARAND, Charles P. and KOLB, Robert. *The Genius of Luther's Theology: A Wittenberg Way of Thinking for the Contemporary Church*. Grand Rapids: Baker Academic, 2008.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. Trad. Helberto Michel. São Leopoldo: Sinodal, 2015.
- GRAY, Sherman. *The Least of My Brothers: Matthew 25:31-46 A History of Interpretation*. Atlanta: SBL, 1989.
- ENGELBRECHT, Edward A. *Friends of the Law: Luther's use of the Law for the Christian Life*. Saint Louis: Concordia, 2011.
- HUNDLEY, Michael B. *Gods in Dwellings: Temples and Divine Presence in the Ancient Near East*. Atlanta: SBL, 2013.
- KLEINIG, John W. *The Lord's Song: The Basis, Function and Significance of Choral Music in Chronicles*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1993.
- KLEINIG, John W. Sharing in God's Holiness. *Lutheran Theological Review*, v.8, n.1/2, p.105-118, 1995.
- LIVRO DE CONCÓRDIA. 5.ed. São Leopoldo: Sinodal; Canoas: Editora da Ulbra; Porto Alegre: Concórdia, 2006.

LUTERO, Martinho. Comentário à Epístola aos Gálatas. In: *Obras Seleccionadas*, v.10. Trad. Paulo F. Flor. São Leopoldo: Sinodal; Canoas: Editora da ULBRA; Porto Alegre: Concórdia, 2008. p.15-557.

LUTERO, Martinho. Das boas obras. In: *Obras Seleccionadas*, v.2. Trad. Martin Dreher. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1988a, p.97-170.

LUTERO, Martinho. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. In: *Obras Seleccionadas*, v.2. Trad. Martin Dreher. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1988b, p.435-460.

MELANCHTHON, Filipe. *Loci Theologici* – Tópicos Teológicos, de 1521: Edição crítica bilíngue, latim e português. Editada e traduzida por Eduardo Gross. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2018.

NERBAS, Paulo Moisés. Sola Veritas, Sola Caritas, Sola Humilitas na vida dos herdeiros da Reforma. *Igreja Luterana*, v.76, n.1, p.51-67, ago.2017.

NESTLE-ALAND. *Novum Testamentum Graece*. 28.ed. rev. Münster: Deutsche Bibel Gesselschaft, 2012. Edição com introdução em português pela Sociedade Bíblica do Brasil.

PAJUNEN, Mika S. The Praise of God and his Name as the Core of the Second Temple Liturgy. *Zeitschrift für die Alttestamentliche Wissenschaft*, v.127, n.3, p.475-488, 2015.

PETERS, Albrecht. *Commentary on Luther's Catechisms: Ten Commandments*. Translated by Holger K. Sonntag. Saint Louis: CPH, 2009.

PREUS III, Jacob A. O. *The Vocation of Every Christian: Life in Christ as a Holy Calling*. Saint Louis: LCMS, 2019.

SCHURB, Ken Ray. *Philip Melancthon, the Formula of Concord, and the Third Use of the Law*. 2001. 340f. Dissertation (PhD). Graduate School of The Ohio State University, Columbus, 2001.

STOCKMAN, Steve. *Walk On: A Jornada Espiritual do U2*. Trad. Jorge G. Camargo, Ana Paula Spolon e Wanderley de Mattos Júnior. São Paulo: W4 Editora, 2006.

WALTHER, C. F. W. *A correta distinção entre Lei e Evangelho*. Trad. Marie Luize Heimann. Porto Alegre: Concórdia, 2005.

WINGREN, Gustaf. *A vocação segundo Lutero*. Trad. Martinho Lutero Hoffmann. Canoas: Editora da ULBRA, 2006.

WELLS, Jo Bailey. *A holy nation: Israel's call to holiness in a canonical perspective*. 1997. 263f. Dissertation (PhD). Durham University, Durham, 1997. Disponível em: <http://etheses.dur.ac.uk/1643/>. Acesso em: 10 ago.2020.